

*Os primórdios republicanos na América do Sul nas tramas literárias de García Márquez e Vargas Llosa**

LIBERTAD BORGES BITTENCOURT
Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este texto propõe pensar períodos de transição histórica fundamentais para a América do Sul, no século XIX, com as lutas de independência no espaço hoje compreendido pela Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, parte do projeto de integração almejado por Bolívar, e o contexto da proclamação da República no Brasil, já no final do século, em duas obras literárias: *O general em seu labirinto*, de Gabriel García Márquez, e *A Guerra do fim do mundo*, de Mario Vargas Llosa, que refletem os encontros e desencontros de projetos desconhecidos pela maioria da população e os impasses políticos e sociais que resultaram em guerras fratricidas, devido ao desconhecimento das elites políticas sobre os diferentes contextos regionais.

Palavras-chave: História; Identidade; República.

Abstract: This text proposes to think periods of fundamental historical transition for South America, in century XIX, with the fights of independence in the space today understood by Venezuela, Colombia, Equator, Peru and Bolivia, part of the integration project longed for Bolivar, and the context of announcement of the Republic in Brazil, in the very end of the century, from two literary compositions: Gabriel García Márquez's *O general em seu labirinto* and Mario Vargas Llosa's *A Guerra do fim do mundo*, which reflect the meeting and failures in meeting of unknown projects for majority of population and the social and political impasses which had resulted in fratricidal wars, due to the unfamiliarity of political élites on the different regional contexts.

Keywords: History; Identity; Republic.

Introdução

O propósito dessa reflexão não é pensar teoricamente a proximidade entre os campos da História e da Literatura, mas perscrutar duas obras literárias que ressaltaram momentos particulares das histórias nacionais da América do Sul no início e no final do século XIX; ambas se destacam pela peculiaridade e os desdobramentos dos acontecimentos que

impactaram o contexto social do período: a efetivação da República na Grã Colômbia e no nordeste do Brasil. Os dois acontecimentos podem ser pensados em paralelo uma vez que, não obstante as décadas que os separam e os contextos muito distintos, ambos ocorreram em momentos fulcrais da história das nações que então se consolidavam, estando em debate os projetos políticos e identitários pensados pelas elites locais.

A obra de Marquez desvela os impasses após a independência da Grã Colômbia, uma tarefa hercúlea que mobilizou a América hispânica na guerra contra a metrópole colonial; no caso da obra de Llosa sobre Canudos os desencontros deveram-se às contingências muito específicas em uma região do sertão nordestino; contudo, os encaminhamentos locais levaram ao enfrentamento com o exército brasileiro, uma vez que às questões regionais foi agregado um discurso visto como desafiador ao projeto republicano recém instaurado.

O interesse por refletir essas questões deveu-se ao fato de que as obras literárias têm colocado desafios novos aos historiadores. Há de se ressaltar que a proposta não é esgotar o tema nem a especificidade das duas obras aqui arroladas, mas pensar alguns dos desencontros entre os projetos políticos colocados para as nações naquele período, terreno familiar ao historiador de América, da forma como foram narrados nessas obras literárias. A presente reflexão também não se reportará a um debate recorrente e que ainda não alcançou consenso sobre a adequação de se utilizar textos literários como objeto de pesquisa no campo da História. Parto do pressuposto de que as obras literárias sinalizam férteis possibilidades de reflexão também para os historiadores.

Esse recorte se apresentou à minha reflexão, numa sequência de leituras que sugeriram essa perspectiva. Chartier (1992, p. 214-215) enfatiza que ler não significa mera submissão ao mecanismo textual, mas se constitui numa “prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos”. O autor reitera que “o leitor encontra-se invariavelmente inscrito no texto, mas este, por sua vez, inscreve-se de múltiplas formas em seus diferentes leitores”. Esses pressupostos encorajaram este exercício, que tenta sinalizar como esses autores, nesses textos, refletiram sobre o período e a questão que busco problematizar com essa leitura.¹

Sobre a questão da leitura de textos, LaCapra (1998, p. 245-246) distingue os aspectos documentários e o de “ser-obra” do texto. Para o autor, o documentário situa o texto em termos de dimensões factuais ou literais que

implicam a referência à realidade empírica e transmitem informação sobre ela. O aspecto de “ser-obra” complementa a realidade empírica com inclusões e subtrações. Implica, portanto, dimensões do texto não redutíveis ao documentário, que incluem de maneira preponderante os papéis de compromisso, a interpretação e a imaginação. O ser obra é crítico e transformador porque desconstrói e reconstrói o dado, num sentido repetindo-o, porém trazendo ao mundo, nesta modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes. Segundo o autor, com simplicidade enganosa, poderíamos dizer que enquanto o documentário assinala uma diferença, o ser obra constitui uma diferença, que compromete o leitor em um diálogo recreativo com o texto e os problemas que ele sugere.

A metodologia exigida para o aporte na aproximação entre História e Literatura estimula as incursões do historiador nesse campo. Minha perspectiva também se coaduna com Camilotti e Naxara, (2009, p. 27) quando as autoras pontuam que os historiadores “autoconfiantes de um aparelho crítico particular ao campo” se mostraram “interessados em averiguar e mesmo em refletir sobre imagens erigidas para autores e obras pela teoria literária ou talvez sobre sua condição de ficções de verdades historicamente constituídas”. Ao debaterem o “duplo eclipse de leitor e escritor” no texto, citam David Harlan (*apud* CAMILOTTI, NAXARA, 2009, p. 32) que destaca: “Uma vez que o texto encontra-se liberado da referência autoral, ele é também liberado da intenção autoral. Dessa maneira o autor se desvanece, suas intenções desaparecem, e o texto começa a oferecer possibilidades que seu autor pode jamais sequer ter imaginado”.² Esse argumento respaldou minhas reflexões sobre um recorte pontual sobre essas duas significativas obras da literatura latino-americana, que certamente ensejam leituras outras sob as mais distintas perspectivas. Nesse sentido, minha opção foi incorporar essas produções literárias “como fonte de história, na qual se pode recuperar as diferentes leituras que os autores concebem, por meio da ficção, a respeito da história do país” (Idem, p. 35)³.

O General em seu labirinto

Márquez enfatiza em sua obra que ao escrever sobre a última viagem de Bolívar, mais que as glórias do personagem seu interesse centrava-se no rio Magdalena, naquela que foi a quarta viagem de Bolívar pelo rio, o qual sulcara pela primeira vez em 1813, quando “era um coronel de milícias

derrotado em seu país, vindo do exílio em Curaçao para Cartagena das Índias, em busca de recursos para prosseguir a guerra”. Naquele período, Nova Granada estava dividida e a causa da independência perdia apoio popular diante da repressão dos espanhóis e a vitória final parecia cada vez mais incerta. Nessa última viagem, o sonho parecia findado, mas de certa forma sobrevivia, resumido numa frase que Bolívar repetia “sem cansaço” e que o autor reproduz em diversos momentos do texto: “Nosso inimigos terão todas as vantagens enquanto nós não unificarmos o governo da América” (p. 102).

Não obstante a afirmação do autor sobre o seu foco principal ser o rio, o que perpassa o livro é a reflexão sobre os paradoxos vividos pelo libertador durante e após as lutas independentistas; essa questão é ressaltada particularmente nos seus últimos anos de vida, durante seus deslocamentos pelo interior da Colômbia e a desconexão elevada ao grau máximo entre as lideranças que fizeram a independência dessa parte da América do Sul. Márquez destaca a pesquisa e as revisões históricas auferidas junto a diferentes fontes e especialistas sobre o tema, enfatizando que esses procedimentos lhe “tornaram mais fácil a temeridade literária de contar uma vida com uma documentação tirânica, sem renunciar aos foros desaforados do romance” (1989, p. 268). É essa constatação que me instigou; a possibilidade de, a partir de momentos históricos, diálogos retirados de cartas e documentos, permitirem ao autor construir o cenário e inferir sobre as inquietações pessoais que teriam dominado o general em seus últimos dias, possibilidade que se configura no campo literário.

Sob esse enfoque me aproximei do romance, para pensar como a literatura lida com um momento crucial da história do continente, narrando os impasses que permearam as últimas iniciativas de Bolívar; sobretudo devido ao fato de as lideranças independentistas e mesmo o povo não ter aderido de forma contundente ao seu projeto de unidade; na obra aqui elencada, é emblemático quando, nos momentos em que sua saúde dava sinais evidentes de se aproximar do estágio terminal, ele profere uma afirmação visceral sobre o seu projeto político incompreendido e que dá o tom da narrativa da obra literária: “Ninguém entendeu nada”. Essa reflexão teria sido feita quando o general se decidia a deixar a Colômbia e se refugiar na Europa; também se evidenciava mais uma sublevação de uma guarnição composta por uma maioria que “era da Venezuela, e muitos tinham feito as guerras de libertação de quatro nações, mas nas últimas semanas vinham sendo alvo de tantos insultos e provocações de rua que tinham motivos para

temer pela própria sorte depois que o general deixasse o país” (p.18). O autor enfatiza ainda mais a dramaticidade desse ocaso ao pontuar (p. 19):

Ao por-do-sol, desfilaram para sua terra de origem, seguidos por uma turbamulta de mulheres de carga, com suas crianças e seus animais domésticos. O estrépito dos bombos e dos cobres marciais não conseguiu calar a gritaria da multidão, que açulava cachorros contra eles e atirava busca-pés para lhes desacerter o passo, como nunca havia feito com uma tropa inimiga. Onze anos antes, ao cabo de três longos séculos de domínio espanhol, o feroz vice-rei dom Juan Sámano fugira por essas mesmas ruas disfarçado de peregrino, mas com seus baús abarrotados [...] e não faltou nas sacadas quem chorasse e lhe atirasse uma flor, desejando-lhe de todo coração mar calmo e feliz viagem.

Essa imagem reforça a historiografia sobre o período, que destaca a nostalgia generalizada sobre os tempos coloniais por parte da população cansada dos embates que se sucederam na América então livre dos espanhóis, mas atrelada aos desajustes internos quanto aos rumos políticos. O texto literário destaca o forte vínculo de Bolívar com alguns dos comandantes que permaneceram fiéis ao general, partilhando seu projeto de unidade, particularmente o marechal Antonio José de Sucre, considerado o Grande Marechal de Ayacucho, que liquidou o último reduto espanhol na América do Sul e seu amigo dileto. Quando se aproximava a data em que se reuniria o congresso constituinte para eleger o presidente da república e aprovar uma nova constituição, ressurgia mais uma “tentativa tardia de salvar o sonho dourado da integridade continental”, já esfacelada diante dos localismos.

Nesse cenário, a observação de Bolívar a Sucre é lapidar “– Em suma – tudo o que fizemos com as mãos os outros estão desmanchando com os pés”. Ao que Sucre teria acrescentado: “É uma ironia do destino. É como se tivéssemos semeado tão fundo o ideal da independência que agora esses povos estão querendo ficar independentes uns dos outros”. Apesar de uma restrição constitucional imposta pelo general Rafael Urdatena para barrar o caminho de Sucre à presidência, Bolívar o convidara para esse cargo e teria obtido a resposta final de Sucre: “- Já estou cansado demais para trabalhar sem bússola. Além disso, Sua Excelência sabe tão bem quanto eu que aqui o que falta não é um presidente, mas um domador de insurreições” (p. 27).

No interior desses desencontros destacava-se outro personagem importante na gesta independentista, muito ligado a Bolívar e que transitara de uma adesão inicial ao projeto unificador para a perspectiva de autonomias locais, “o general granadino” Francisco de Paula Santander (p. 57):

[...] seu grande amigo de outro tempo e seu maior contraditor de todos os tempos, chefe do estado-maior desde o começo da guerra e presidente em exercício da Colômbia durante as duras campanhas da libertação de Quito e do Peru e da fundação da Bolívia [...] Foi sem dúvida o segundo homem da independência e o primeiro no ordenamento jurídico da república, à qual impôs para sempre a marca de seu espírito formalista e conservador.

Santander tornou-se foco das preocupações de Bolívar, pois houve uma ruptura definitiva entre os projetos de ambos, dando origem a um processo de denegação que só teve fim com a morte do libertador. A profunda ligação entre os dois generais foi se esgarçando em sucessivos desentendimentos, culminando com a prisão e condenação de Santander. Seu desterro para a Europa coincide com a ruptura da unidade da Grã Colômbia, o que causou profunda amargura em Bolívar, colaborando com uma perspectiva negadora das ações de Santander.

Nessa tentativa de controlar o passado, cristaliza-se uma memória discursiva que muitas vezes está permeada por paradigmas que orientaram os construtos das representações e identidades nacionais. O ressentimento que se aprofundou entre os dois grandes generais independentistas foi perenizado em seus escritos e ainda hoje reverbera nas análises sobre o período.⁴

Numa das narrativas sobre as vicissitudes do pós guerra, Márquez destaca a decisão do tribunal presidido pelo general Rafael Urdaneta, que concluíra ser o general Santander o gênio oculto de mais uma conspiração, condenando-o à morte. Bolívar comutou sua pena de morte pela de desterro em Paris, sob a alegação de que Santander era o principal cúmplice que deveria ser castigado, mas era também o “de mais sorte, porque minha generosidade o defende; mantendo a convicção de que “apenas partisse, chamariam do exílio o general Santander, expoente mais graduado daquele covil de leguleios” (p. 61-62) para colocar abaixo toda a tarefa unificadora à qual ainda se dedicava. Seu rompimento com Santander tornara-se de domínio público e Márquez (p. 118) corrobora a reflexão de que os desencontros entre ambos se deviam também às mudanças de rumo que

Bolívar tomava quanto ao destaque conferido ora à Venezuela ora à Colômbia, que se rivalizavam pela hegemonia regional:

[...] ao extremo de que se negara a continuar recebendo cartas dele, [de Santander] porque já não confiava em seu coração nem em sua moral. “Poupe-se o trabalho de me chamar seu amigo”, escreveu. O motivo imediato da zanga de Santander era uma proclamação apressada que o general dirigira aos caraquenhos, na qual disse sem segundas intenções que todas as suas ações tinham sido guiadas pela liberdade e pela glória de Caracas. De regresso a Nova Granada, procurou consertar a situação com uma frase justa dirigida a Cartagena e Mompoix: “Caracas me deu a vida, vós me destes a glória”. Mas a frase tinha uns visos de remendo retórico que não bastaram para aplacar a demagogia dos santanderistas.

Márquez respalda o ponto de vista quase unânime quando se reflete sobre o período na América Hispânica: “da geração de americanos ilustrados que lançaram a semente da independência, do México ao Rio da Prata, era ele [Bolívar] o mais convicto, o mais obstinado, o mais clarividente e o que melhor conciliava o engenho da política com a intuição da guerra” (p. 83-85). E ressalta a idiosincrasia de um projeto que não conseguira se firmar, pontuando o fato de que Bolívar não considerava que o pomo da discórdia com Santander (p. 123)

[...] fossem os privilégios concedidos ao general Páez, nem a desventurada constituição da Bolívia, nem a investidura imperial que o general aceitou no Peru, nem a presidência e o senado vitalícios que sonhou para a Colômbia, nem os poderes absolutos que assumiu depois da Convenção de Ocaña. Não: não foram esses, nem tantos outros, os motivos causadores da terrível ojeriza que se azedou ao longo dos anos, até culminar no atentado de 25 de setembro. “A verdadeira causa foi que Santander não pôde nunca assimilar a idéia de que este continente fosse um único país, disse o general. “A unidade da América ficava grande nele.”

Essa passagem destaca recorrentes análises sobre as diferentes perspectivas políticas pensadas por Bolívar, não obstante sua irremovível certeza de que só a unidade continental manteria as nações da América do Sul fortes. Na reprodução de um suposto diálogo com um francês, ao ser confrontado com a afirmação desse personagem de que “-Eu tinha como certo que Vossa Excelência era promotor da solução monárquica, o general teria respondido “- Pois já não tenha isso como certo – Minha testa não será jamais manchada por uma coroa” (p. 127-128) reiterando a seguir:

[...] a iniciativa de implantar um regime monárquico nas novas repúblicas tinha sido do general José Antonio Páez. A idéia prosperou, impelida por toda sorte de interesses escusos, e ele próprio chegou a pensar nela, sob o manto de uma presidência vitalícia, como fórmula desesperada para conquistar e manter a qualquer preço a integridade da América. Mas logo percebeu o contra-senso. – Com o federalismo acontece o contrário – concluiu. – Considero-o demasiado perfeito para os nossos países, por exigir virtudes e talentos muito superiores aos nossos.

Na perspectiva de Márquez, o que deixava o general amargurado nos últimos anos era considerarem-no um promotor de insurreições. Num encontro com o general Carmona “deu-lhe uns recortes de jornais que acabavam de chegar pelo correio de Santa Fé, nos quais era acusado mais uma vez de ter fomentado em segredo a rebelião dos granadeiros para voltar ao poder contra a decisão do congresso. – Grosserias infames – disse. – Enquanto eu perco meu tempo pregando a união, esses pobres-diabos me chamam de conspirador” (p. 149). E concluía, - “As insurreições são como as ondas do mar, que se sucedem umas às outras – por isso sempre as detestei [...] A que ponto chegamos, hoje em dia estou lamentando até a que fizemos contra os espanhóis (p. 148).

Quando um de seus oficiais teria lhe confessado que lhe doía o fato de que “o general deixasse sua obra ao léu, sem se preocupar com a orfandade em que ficavam todos” e por isso tinha resolvido voltar para a Venezuela, a fim de se colocar à frente de um movimento armado em favor da integração, Bolívar lhe perguntou: “ – E por acaso acreditas que serás mais bem tratado na Venezuela?” E obteve como resposta “ - Bem, mas pelo menos lá é a pátria”. “Não sejas bobo- disse o general. – Para nós a pátria é a América, e ela toda não tem jeito” (p. 170).

Essa unidade para ele era insofismável. Ao receber a notícia de que uma conspiração militar já estava em curso em todas as guarnições leais do país, em acordo com oficiais da Venezuela, conjecturou “Não tem sentido. Se de fato Urdaneta quer endireitar o mundo, que se acerte com Páez e torne a repetir a história dos últimos quinze anos, desde Caracas até Lima. Daí em diante será apenas uma passeata cívica até a Patagônia” (p. 178).

Quando um simpatizante mexicano, que lutava a seu lado lhe manifestou o desejo de voltar à pátria por não ter ninguém ali, sendo um desterrado, Bolívar lhe respondeu: “Aqui todos somos. Só vivi seis anos na Venezuela desde que isso começou, e o resto passei vagando por meio mundo. [...] A coisa é que deixamos de ser espanhóis e depois andamos daqui para lá, em países que mudam tanto de nome e de governo de um dia para o outro que já nem sabemos onde *carajos* estamos” (p. 187). Nessa amargura reunia-se com seus oficiais e “os mantinha em vigília mostrando-lhes o pior que guardava no podredouro de seu coração”.

Do exílio no início das guerras, voltara à sua terra com a ajuda do presidente da república livre do Haiti, o general Alexandre Pétion; atravessou os Andes com uma tropa de *llaneros* descalços, derrotou as armas realistas na ponte de Boyacá e libertou pela segunda vez e para sempre Nova Granada, depois a Venezuela, sua terra natal, e por fim os abruptos territórios do sul até as fronteiras do império do Brasil (p. 87). Entretanto, “apesar de todas essas vantagens, disse, já dera por provado repetidas vezes que quando marchava do sul para o norte, e vice-versa, o país de onde saía se perdia à sua retaguarda, e novas guerras civis o arruinavam. Era o seu destino” (p. 118). Contudo, ainda assim, muitos reivindicavam sua presença. Sua irmã Maria Antonia lhe escreveu de Caracas (p. 196):

Todos se queixam de que você não quis vir dar um jeito nesta desordem, dizia. Os padres das aldeias estavam firmes com ele, as deserções no exército eram incontroláveis, e os montes estavam cheios de gente armada que dizia só querer saber dele. “Isto é uma sarabanda de loucos que não se entendem eles próprios, que fizeram uma revolução”, escrevia a irmã. Pois enquanto uns clamavam por ele, as paredes de meio país amanheciam pintadas de injúrias. Sua família, diziam os pasquins, devia ser exterminada até a quinta geração.

Quando o congresso da Venezuela deliberou pela separação definitiva, declarando que não haveria acordo com Nova Granada e o Equador enquanto o general estivesse em território colombiano, Bolívar “chamou Briceño Méndez, cabeça dos que queriam partir para a Venezuela a lutar pela integridade da Colômbia”, e autorizou que “de tenente para cima todo aquele que quisesse ir combater na Venezuela que partisse (p.198). “Foram separados e por caminhos diferentes, uns pela Jamaica, outros por Curaçao, outros por Guajira, e todos à paisana, sem armas e sem nada que pudesse delatar sua identidade, como haviam aprendido nas ações clandestinas contra os espanhóis [...] o general ficou fortalecido pela esperança de que uma nova guerra fizesse reverdecer os louros de outrora”.

Márquez enfatiza que Bolívar tinha a ideia fixa de começar de novo, “sabendo que o inimigo estava dentro e não fora da própria casa. As oligarquias de cada país [...] tinham declarado guerra de morte à ideia da integridade, por ser contrária aos privilégios locais das grandes famílias. “- Essa é a causa real e única desta guerra de dispersão que nos mata – disse o general -. – E o mais triste é que pensam estar mudando o mundo, quando o que estão fazendo é perpetuar o pensamento mais atrasado da Espanha” (p. 204).

E mais uma vez transferia a responsabilidade pelos desacertos dos seus projetos: “não foi a perfídia de meus inimigos, mas o zelo dos meus amigos que acabou com minha glória. Foram eles que me envolveram no negócio da monarquia, que me obrigaram primeiro a buscar a reeleição com as mesmas razões com que depois me fizeram renunciar, e agora me mantém preso nesse país onde já não me resta nada a perder” (p. 236). Santa Marta tornou-se o último refúgio de um Bolívar doente, em estado terminal, de onde recebia as notícias de que “a pátria caía em pedaços de um oceano a outro, o fantasma da guerra civil se enfuriava sobre suas ruínas, e nada contrariava tanto o general como tirar o corpo diante da adversidade” (p. 241).

Márquez procede à colagem de distintos momentos dessa trajetória singular que foi a vida do libertador, particularmente nos seus últimos anos, reportando-se de forma recorrente ao passado. A narrativa de momentos de decrepitude, devido à doença devastadora, alcançou tons impressionantes, aliada à ênfase em ações que ainda assombram quem delas toma conhecimento. A magnitude dessa figura que, no livro, pouco lembrava o Bolívar de outrora, recebe o reforço das lembranças de um passado glorioso (p. 255-256):

Pois ninguém esquecerá o dia 4 de julho de 1817, quando o general teve de passar a noite afundado na lagoa de Cosacoima, junto com um reduzido grupo de oficiais [...] para escapar das tropas espanholas que estiveram a pique de os surpreender num descampado. Meio nu, tiritando de febre, começou de repente a anunciar aos gritos, passo por passo, tudo o que ia fazer no futuro: a tomada imediata de Angostura, a travessia dos Andes até libertar Nova Granada e depois a Venezuela para fundar a Colômbia, E por último a conquista dos imensos territórios do sul, até o Peru. “Então escalaremos o Chimborazo e plantaremos nos picos nevados a tricolor da América grande, unida e livre pelos séculos dos séculos”, concluiu. Também os que então o escutavam pensaram que tinha perdido o juízo, e no entanto foi uma profecia cumprida ao pé da letra, passo por passo, em menos de cinco anos.

Entretanto, o “encontro inelutável de 17 de dezembro de 1830, a uma hora e sete minutos de sua tarde final” interrompeu o sonho ainda acalentado da unidade continental e segundo Márquez, “a trepadeira nova cujas campânulas amarelas não veria florescer no sábado seguinte na casa fechada pelo luto, os últimos fulgores da vida que nunca mais, pelos séculos dos séculos, tornaria a se repetir” (p. 266).

A guerra do fim do mundo

Nessa obra, Vargas Lhosa também recorre a acontecimentos históricos para desvelar o desconhecimento sobre realidades díspares que caracterizaram a célebre dicotomia entre litoral e sertão no Brasil. O autor alcança, por meio da literatura, uma conexão peculiar, conferindo espaço, também, a regiões e tipos pouco considerados quando se trata de pensar a nação que se buscava forjar no final do oitocentos no Brasil.

A partir de muitas histórias, de personagens reais e fictícias, o autor conta uma história envolvente sobre Canudos, desvelando os desencontros, as mazelas e o desconhecimento que marcaram “a guerra do fim do mundo”, entre os seguidores do Conselheiro e as tropas do exército nacional; o Brasil contra brasileiros, sob a alegação de que havia uma conspiração monárquica

que era preciso debelar. Um Brasil moderno que se contrapunha a um Brasil arcaico, este constituído por pessoas que conservavam resquícios de um passado monárquico mítico, transmitido também pelos cantores ambulantes, que percorriam o sertão de tempos em tempos e que “por um gole de cachaça, um prato de carne seca e farofa contavam a história de Oliveiros, da Princesa Magalona, de Carlomagno e os Doze Pares de França”. Naquele fim de mundo se recitava “um romance dos Cavaleiros da Távola Redonda, chegado provavelmente há séculos, nos alforjes de algum navegante ou bacharel de Coimbra” (p. 362-363). Esse contraponto feito pelo autor contribui para enfatizar o caráter assistemático do grupo que se reuniu em torno do Conselheiro em Canudos.

O estranhamento sobre Canudos, sua população e sua resistência, é realçado na narrativa de Lhosa, ao enfatizar como a diversidade humana coexistia em Canudos com menos violência, num clima de exaltação e fraternidade, mesmo na mais absoluta miséria, o que não podia ser compreendido além daqueles limites. Penitentes jejuavam, impunham-se a abstinência sexual e havia flagelações públicas, sob o incentivo do Conselheiro; gente de todas as partes do nordeste para lá se deslocavam, mesmo já tendo sido iniciados os combates, o que mesmerizava as pessoas que conheciam essa trajetória.

O autor consegue ilustrar magistralmente a crença dos seguidores do conselheiro, ao naturalizar os sucessivos embates, enfatizando a ausência de surpresa dos moradores de Canudos quando souberam que uma companhia do 9º. Batalhão de Infantaria da Bahia desembarcara próximo dali para capturar o conselheiro, já que este sempre avisara que “as forças do cão” um dia viriam para prendê-lo. Nesse cenário, aquiesceram aos chamamentos dos líderes e se organizaram para o enfrentamento com as tropas federais.

Perplexidade e dificuldade de compreender o que se passava naquele sertão longínquo e inóspito, sentimentos ampliados pelas aparentemente inexplicáveis derrotas do exército nacional, alimentando ainda mais as teorias conspiratórias que surgiram para explicar a derrota das forças constituídas contra um “bando de maltrapilhos”. Lhosa reporta-se à suspeita que perpassava alguns artigos de jornais com “os crescentes indícios de cumplicidade da coroa inglesa e latifundiários baianos de conhecida filiação autonomista e lembranças monárquicas com os fanáticos de Canudos” (p.135). Era impossível acreditar que “um bando de fanáticos” pudesse infligir derrota de tal magnitude às tropas regulares do governo. A tese da conspiração prosperava e afirmava-se que os “fanáticos sebastianistas”

queriam restaurar o império, “com a ajuda do Conde D’Eu, dos monarquistas e da Inglaterra” (p. 168).

A ofensiva militar era alimentada pela certeza da sedição dos conselheiristas, que manifestavam seu repúdio à nova ordem que se instalara no Brasil. Essa perspectiva era alimentada pelas proclamações feitas pelos seguidores do Conselheiro. Com base nas manifestações daqueles mais próximos ao conselheiro e o repúdio que demonstravam à nova ordem que se instaurara no Brasil, o autor reporta-se ao juramento do grupo que privava a proximidade com o líder de Canudos; um grupo seleta, fortemente influenciado pelas ideias do mestre, cujos membros seriam encarregados de fazer a ligação entre os demais moradores e “o santo” (p. 208):

Juro que não fui republicano, não aceito a expulsão do Imperador nem a sua substituição pelo Anticristo. Não aceito o matrimônio civil nem a separação da Igreja do Estado nem o sistema métrico decimal. Não responderei às perguntas do censo. Nunca mais roubarei nem fumarei nem me embriagarei nem apostarei nem fornicarei por vício e darei a minha vida por minha religião e o Bom Jesus.

Ademais, não apenas esse grupo seleta deveria viver sob esses princípios, mas parte substantiva da população que migrava para Canudos, levada pela exclusão e pela miséria, acreditava nesses pressupostos. Evidentemente, nesse trecho estão implícitas as razões de se entender Canudos como uma região rebelde e perigosa, que fazia grassar a defecção às hostes republicanas recém instauradas.

O estranhamento entre as distintas regiões do país, entre o litoral e o sertão, é um dualismo clássico que se perenizou nas páginas de *Os Sertões*, escrito por Euclides da Cunha, oficial do exército brasileiro que também esteve presente no enfrentamento; representantes do Rio de Janeiro e da Bahia, estes últimos vistos sob a suspeita de abrigar simpatizantes da restauração monárquica, ao mesmo tempo em que viam no envio das tropas federais contra brasileiros humildes o despotismo da República. O governo, no Rio de Janeiro, alegava a necessidade de responder com enfrentamento ao forte armamento dos rebeldes, que supostamente seria subsidiado por monarquistas e por potências estrangeiras, uma vez que Canudos era formado por uma gente muito miserável e parcamente armada (p. 219):

- E é nisso que consiste a manobra – Em haver feito o Rio, o Governo e o Exército acreditarem que Canudos significa esse perigo. Esses miseráveis não têm armas modernas de nenhum tipo. As balas explosivas são projéteis de limonita, ou hematita parda se prefere o nome técnico, um mineral que abunda na Serra de Bendengó e os sertanejos usam em seus bacamartes há muito tempo.

Nesse cenário, o exército seria o agente que importaria a unidade nacional, encarregado de levar o progresso a todos os rincões da nação. A jovem República se defrontava com a “obrigação de se defender daqueles que por cobiça, fanatismo, ignorância ou engano atentam contra ela e servem os apetites de uma casta retrógrada interessada em manter o Brasil no atraso para melhor explorá-lo” (p. 224).

As incoerências nas análises sobre o que se passava em Canudos são destacadas por Lhosa em um diálogo revelador: “Vão ser sacrificados por monarquistas e anglófilos, eles que confundem o Imperador Pedro II com um dos apóstolos, eles que não têm idéia de onde fica a Inglaterra e esperam que o rei Dom Sebastião saia do fundo do mar para defendê-los” (p. 249). A perspectiva maniqueísta do romance é desvelada em distintos episódios.

A resistência de Canudos foi aguerrida e o 7º. Regimento, tendo Moreira César sido ferido de morte, foi também obrigado a se render e se retirar do campo de batalha. A perplexidade com mais essa derrota era imensurável e o autor a destaca em vários pontos do livro. Como podia “o melhor Regimento do Brasil ser derrotado por um bando de fanáticos esmoleiros?” (p. 343) Perdeu-se totalmente o armamento; a derrota era também atribuída ao calor, aos espinhos e à poeira, mais que aos jagunços (p. 370). As armas inoperantes, os uniformes de flanela e lã para serem usados no clima quente do Nordeste, enfim o desconhecimento sobre a região foram fatores determinantes e criticados por diversos personagens em várias passagens do livro, desvelando a perplexidade que assomava a nação. Tudo era de um improviso espantoso e o autor (p. 440), obviamente também ele mesmerizado com os desdobramentos dos eventos ressalta esses desacertos:

Trouxeram grande quantidade de quinina, na previsão de febres palustres. “A síndrome da Guerra do Paraguai”, dizia o Doutor Gama. Lá, tinham dizimado o Exército.

Mas a malária era inexistente neste clima sequíssimo onde só na volta das escassas aguadas proliferavam mosquitos.

Após mais uma derrota acachapante do exército republicano, o autor enfoca o Barão de Canabrava para externar certa percepção sobre os acontecimentos, que oscilava entre distintas teses; o Barão, pertencente à elite política conservadora da Bahia, manifestava suas desconfianças com os propósitos do governo, no que ele denominava “labirinto de equívocos, desvarios, crueldades” (p. 341):

Com a morte de Moreira César, os jacobinos sofreram um golpe mortal. Perderam a única figura de prestígio com que contavam [...] Os jagunços prestaram um favor ao Presidente Prudente de Moraes e ao Parlamento, a esse governo de bacharéis e cosmopolitas que vocês queriam derrubar para instalar a República Ditatorial. Prudente de Moraes e os paulistas vão se servir desta crise para expurgar o Exército e a administração de jacobinos.

Finalmente, foram enviadas tropas com uma percepção mais adequada do terreno e do contexto no qual agiriam. Para acentuar a dimensão dessas tropas Lhosa mostra o temor de um espião de Canudos: “Quando começa a escurecer, já contou vinte e dois carros de burros; ainda falta a metade da Coluna. Durante cinco horas viu soldados, canhões, animais” (p. 387). Mesmo assim, a resistência de Canudos é tenaz e inflige severas derrotas, que atrasavam o avanço das tropas. Em um dos ataques um sargento, ao ouvir um toque de corneta ordenando a retirada, não entende o porquê da ordem, pois “os ingleses são poucos e quase não têm munição” (p.401). O exército não estava preparado para a ferocidade da luta corpo a corpo: “esses filhos da puta lutam como paraguaios” (p. 402).

Nesses enfrentamentos algumas companhias perdem toda a munição, traídos pelos carregadores e guias da região, como revela um diálogo de um soldado ao relatar os fatos ao seu superior: “Eram espiões, eles também levaram armas. Veja só, faça a conta: vinte carros com munição, sete com sal, farinha, açúcar, aguardente, alfafa, quarenta sacos de milho. Levaram mais de cem reses” (p. 407). Evidentemente, esses fatos recorrentes nos distintos enfrentamentos, mesmo que os números fossem ampliados exponencialmente pela fértil imaginação do autor, davam sobrevida à resistência em Canudos. As expedições planejadas e mesmo assim derrotadas

eram inconcebíveis. A motivação dessa tenaz resistência é reiteradamente sugerida por Lhosa, sob a forma de pensamento de um morador de Canudos (p. 421):

Até quando o Pai poria à prova a fé dos católicos? Já não tinham sofrido bastante? Não tinham passado bastante fome, tido tantas mortes, sofrimentos? Não, ainda não. O Conselheiro já disse isso: a penitência será do mesmo tamanho de nossas culpas [...] é um grande consolo estar do lado da boa causa, saber que se luta junto com São Jorge e não com o Dragão.

Lhosa narra os últimos embates, a difícil tomada de Canudos, as escavações no interior do lugarejo para encontrar o corpo do Conselheiro, para evitar que os sertanejos fizessem dele objeto de culto; ainda assim o autor destaca que o conselheiro “não morreu de bala, a única ferida, em seu corpo esquelético, era uma equimose na perna esquerda, causada pelo arranhão de uma lasca ou pedra” (p. 449). Mesmo com o exército ocupando Canudos, a resistência dos rebeldes foi difícil de ser debelada e a luta foi renhida, de casa em casa, homem a homem. Fugia à compreensão da época tamanha resistência. Concedendo espaço ao debate inicial de Euclides da Cunha na obra *Os sertões*, o autor dá voz ao debate corrente do século XIX:

Um dos capitães, que é do Rio, diz que a explicação de Canudos está na mestiçagem, essa mistura de negros, índios e portugueses que, paulatinamente, tem degenerado a raça até o ponto de produzir uma mentalidade inferior, propensa à superstição e ao fanatismo.

Essa era a tônica das análises no período, sob enfoques que pensavam a nação alijando os grupos subalternizados. Agregavam-se a essa perspectiva o distanciamento e o desconhecimento sobre a realidade do Nordeste brasileiro, ensejando traduções obliteradas da realidade regional. Numa nação pensada a partir do litoral e do entorno da região Sul e Sudeste englobar as especificidades regionais estava fora de pauta, sobretudo no período dos renhidos embates de Canudos. A negação dos eventos ali desenrolados e as explicações pseudo-científicas sobre a capacidade de resistência dos moradores locais certamente fazem parte desse episódio emblemático.

Considerações finais

As obras aqui arroladas sinalizaram possibilidades de reflexão nas leituras que fiz; inicialmente apenas por apreciá-las. Em decorrência da minha atividade docente em História da América, começaram a despertar questões instigantes, particularmente após a indicação das mesmas para reflexão aos alunos na disciplina. Ao confrontar a leitura sobre Canudos em Vargas Lhosa e em Euclides da Cunha, a inserção de personagens ficcionais, que “conviviam” com os sujeitos/personagens reais me instigou a confrontar a versão desse episódio histórico no texto do autor peruano. Por sua vez, as aulas sobre a formação do Estado Nacional na América Hispânica se iniciam com as guerras de independência e no interior destas sobressai a ação de Bolívar. A percepção de que ambos os autores conduziram suas narrativas por meio de episódios e sujeitos históricos, fundamentais no período e para as respectivas nações, orientaram minha leitura.

Nesse sentido, essa abertura iluminou alguns contextos a partir das reflexões colocadas em curso em obras literárias, construídas a partir de eventos históricos, respaldadas em personagens e contextos também históricos, mesmo sob a análise “desaforada” da literatura. García Márquez já foi referido como o “prestidigitador das palavras” e Vargas Lhosa, por sua vez, também se tornou referência no campo da literatura latino-americana; ambos laureados com o Nobel de literatura. São alguns dos escritores contemporâneos do subcontinente muito lidos no Brasil e sua escolha para a presente reflexão deveu-se às suas narrativas sobre um período e um marco essenciais pós-independência na América do Sul. De um lado, as reflexões de Bolívar, o emblemático general das independências, aquele que recebeu o epíteto de Libertador; o livro *O general em seu labirinto* desvela como uma das principais lideranças evocava sua própria trajetória e os desencontros entre os projetos realmente efetivados no albor das nações que formavam a Grã Colômbia. De outro, o extremo oposto: grupos excluídos, desinformados sobre o governo que se instaurara no outro extremo da nação com a República e que foram alvo de enfrentamentos militares para debelar supostos focos de insurreição, por conta dos manifestos dos seguidores de Antonio Conselheiro.

Evidentemente, essa é uma leitura pontual e as possibilidades apresentadas por essas obras literárias consagradas são vastas. Minha perspectiva foi apenas pontuar algumas das arrebatadoras construções literárias postas em curso nesses textos, respaldados numa importante

pesquisa em fontes e contextos históricos sobre os eventos que os autores utilizam em suas narrativas.

Referências

- ANSART, Pierre. “História e Memória dos Ressentimentos” In: Bresciani, Stella; Naxara, Márcia (orgs): *Memória [res]sentimento* – Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 15- 36.
- CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente. In. *História: Questões e debates*, Curitiba, n. 50, 2009.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- DONGHI, Halperin Tulio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 2ª. ed.
- LaCAPRA, Dominick: “*História Intelectual*” – Repensar la historia intelectual y leer textos. In Palti, Elías José. “*Giro lingüístico*” e historia intelectual. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LHOSA, Mario Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *O General em seu labirinto*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- SANTANDER EN EUROPA – *Cartas de Viaje* (1829-1832). Bogotá: Biblioteca de la presidencia de la Republica, 1989, Tomo I.

Notas

* Artigo submetido à avaliação em 11 de outubro de 2010 e aprovado para publicação em 10 de novembro de 2010.

¹ LIMA (1979, p. 24), reporta-se a Iser, para ressaltar que é “uma das ingenuidades mais arraigadas da consideração literária pensar que os textos retratam a realidade”. Destaca que os textos alcançam a realidade por “uma espécie de reação química processada entre o texto e seu leitor, tal “reação” já aponta para o papel do leitor; do leitor enquanto habitado por orientações e valores que ele próprio não domina conscientemente”. Lima (p. 25-26) ressalta

ainda a indeterminação que incorpora uma condição elementar do efeito, plantado na estrutura da obra e que será atualizado de acordo com o “horizonte de expectativa” de seu receptor, num processo que o autor denomina de “comércio mental” com o texto. De acordo com o autor, os lugares vazios na cena textual estimulam a indeterminação, levando o leitor a tentar eliminá-la.

² Em nota de rodapé na p. 32 de seu artigo, as autoras referenciam a obra utilizada: HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. Trad. José Antonio Vasconcelos. Campinas-SP: IFCH,Unicamp, 2000, p. 7-8. Mimeo. (Publicação original: Intellectual history and the return of literature. In: *The American Historical Review*, v. 94, n.3, jun. 1989)

³ Por sua vez, LaCapra (1998, p. 241) enfatiza que a noção de textualidade contribui para tornar menos dogmático o conceito de realidade ao apontar o fato de que um está sempre envolto em problemas de uso da linguagem na medida em que objetiva obter uma perspectiva crítica sobre eles e coloca a questão tanto das possibilidades como dos limites do significado. Para o historiador, a reconstrução de um “contexto” ou uma “realidade” se produz sobre a base de restos “textualizados” do passado. Nesse sentido, a posição do historiador não é única, uma vez que todas as definições da realidade estão comprometidas em processos textuais.

⁴ Segundo ANSART (2001, p. 21): “[...] dificilmente se pode aceitar a hipótese de que um sentimento, do qual sublinhamos a intensidade e a força, não tenha conseqüências nem manifestações nas condutas dos indivíduos [...] Max Scheler assinala esta dinâmica do ressentimento como criadora de valores, ou seja, de finalidades sentidas como desejáveis pelos indivíduos e que eles buscam realizar. A questão essencial colocada, às vezes de difícil resposta, é a necessidade de compreender e explicar como o ressentimento se manifesta, à quais comportamentos serve de fonte e que atitudes e condutas inspira, consciente ou inconscientemente”.